

LIMINAR

ACP gera interpretação equivocada sobre construções em Tangará

>> Rosi Oliveira
Redação DS

No dia 26 de outubro, o Ministério Público, do Estado de Mato Grosso, representado pela Promotora de Justiça, perante a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Tangará da Serra, Dra. Claire Vogel Dutra, em coletiva à imprensa, informou há época, que havia protocolizado uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, contra o município, onde o mesmo ficou impossibilitado de realizar algumas ações, devido a crise hídrica que se abateu sobre a cidade.

Com a ação, que pontua várias intervenções, dentre elas a proibição de abertura de novos loteamentos, algumas pessoas tem utilizado a mesma para repassarem informações desconstruadas e não fieis ao conteúdo da ação. “O Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira, vem a público para esclarecer à população de modo geral e à imprensa local que, Projetos e Alvarás de construção não estão suspensos pelo Município. O Chefe do Poder Executivo reitera que os mesmos estão sendo expedidos com normalidade. Vale destacar que o que está suspen-

so temporariamente são as aprovações de loteamentos e desmembramentos”, especifica nota expedida pelo gestor do município de Tangará da Serra. A redação do DS buscou contato com alguns empresários do setor da construção que disseram sentir um impacto com a notícia, mas o quadro já começa a melhorar. “Quando houve a notícia, sentimos bastante. Foram alguns dias de poucas vendas e ouvimos muitas reclamações de pessoas dizendo que não iam comprar porque não podiam construir. Com isso o movimento e vendas foram afetados, mas já começam a rea-



Algumas pessoas tem utilizado a mesma para repassarem informações desconstruadas

gir”, informou Laércio Teixeira Fontes, gerente de loja de materiais de

construções. Para o gerente, o que aconteceu foi uma in-

terpretação equivocada da liminar por parte de algumas pessoas.

LEI DE DIRETRIZES



Relator da LDO, Eduardo Botelho

Deputado descarta corte no repasse do duodécimo

>> Midia News

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado estadual Eduardo Botelho (PSB) afirma que não há possibilidade alguma de ser aprovada a proposta do governo do Estado de redução do duodécimo dos poderes constituídos na ordem de 15%. Isso significaria menos dinheiro em caixa para o exercício de 2017 na Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Defensoria Pública.

De acordo com o parlamentar, a proposta mais sensata seria congelar o valor do duodécimo,

ou seja, permaneceria no próximo ano o mesmo repasse feito em 2016, diante da fragilidade das finanças públicas que tem dificultado o Executivo a honrar até com o pagamento da folha salarial dos servidores públicos estaduais. “Nós estamos encerrando essas discussões na próxima semana que é congelar e não ter aumento para ninguém. Mas ainda faremos uma avaliação das particularidades de cada poder”, disse. Botelho explicou que o atual duodécimo da Assembleia Legislativa, avaliado em aproximadamente R\$ 444 milhões, não será suficiente para arcar com as obrigações financeiras que entrarão em vigor a partir de 2017.

EM BRASÍLIA

Prefeito e primeira dama de Nova Olímpia reivindicam recursos



Prefeito e primeira dama se reuniram com os senadores José Medeiros e Cidinho Santos e com o deputado Nilson Leitão

>> Nelson Alvea
Assessoria

Com o objetivo de garantir liberação de recursos federais de obras que estão em execução também conseguir recursos para 2017, o prefeito de Nova Olímpia, Cristovão Masson acompanhado da primeira dama Selma Aragoso Masson estiveram na última semana em Brasília, onde mantiveram diversos contatos com parlamentares mato-grossenses e em Ministérios. O prefeito e primeira dama realizaram uma verdadeira maratona, se reunindo com deputados, senadores e assessores. No Ministério da Saúde, trataram da liberação da

última parcela de recursos (R\$ 81.600,00 – restos a pagar) da Unidade Básica de Saúde do bairro Itamarati que deve ser inaugurada na primeira quinzena de dezembro. Ainda no que tange a Saúde, Cristovão e Selma verificaram a liberação de recursos na ordem de R\$ 506.432,00 para aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde, emendas dos deputados Nilson Leitão (R\$ 106.500,00), Sâguas Moraes (R\$ 249.947,00) e Fábio Garcia (R\$ 149.985,00). “Esses recursos foram empenhados e estão apenas aguardando a ordem de pagamento”, disse o prefeito. Em audiência com o senador Cidinho Santos,

Cristovão Masson encaminhou o projeto para liberação de recursos no valor de R\$ 800 mil para pavimentação asfáltica na cidade e o pedido da liberação de uma escavadeira hidráulica junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já a primeira dama, Selma solicitou a aquisição de um ônibus para o programa da Terceira Idade e um kit, composto de veículo e materiais/equipamentos para o Conselho Tutelar. Com o senador José Medeiros, reforçaram a reivindicação da energia elétrica para o Jardim Comercial e recursos no valor de R\$ 94.350,00 em equipamentos para a Saúde, em análise para pagamento. E por final,

estiveram no FNDE tratando da liberação de equipamentos para a Creche Pro-Infância que deve ser inaugurada no próximo mês. Avaliando a viagem, Cristovão disse que foi bastante proveitosa, pois os contatos foram necessários para os devidos encaminhamentos para a liberação dos recursos. “Estamos confiantes no apoio dos representantes do nosso Estado no Congresso Nacional quanto ao atendimento das nossas reivindicações”, disse o prefeito, acrescentando que os parlamentares se comprometeram a incluir emendas no Orçamento Geral da União de 2017 para a implantação de importantes obras na cidade.